Para determinar se, no caso concreto apresentado pela prova cabe a ADPF, deve-se seguir o roteiro a seguir:

1. **Existe violação a preceito fundamental?** O ato normativo impugnado deve ferir de as cláusulas pétreas (**art. 60, §4º da CF**); os 'princípios sensíveis', cuja violação autoriza a intervenção federal ou estadual (**art. 34, VII, CF**); fundamentos do Estado Brasileiro (**art. 1º, CF**), seus objetivos (**art. 3º, CF**) ou princípios que regem as relações internacionais (**art. 4º, CF**); os Direitos e Garantias individuais e Coletivos, previstos nos incisos do **art.5º da Constituição**; os princípios da Administração Pública (**art. 37, CF**), ou os arts. que definem a autonomia dos entes federativos e dos Poderes.
2. **O ato impugnado é municipal ou anterior à Constituição de 1988?** Neste caso, caberá diretamente a ADPF.
3. **Existe outro meio eficaz de sanar o vício ou impugnar o ato?** Se couber ADI, ADO, Reclamação Constitucional, etc., não caberá ADPF.

Proposição de Casos Concretos

Aqui, serão apresentados três casos para reflexão e análise, sem suas resoluções. Sugerimos que tente resolvê-los!

Caso 1

> No Estado K, o pagamento de determinado benefício do corpo de bombeiros está *vinculado ao valor de ¼ do salário mínimo nacional*, conforme a Lei nº 3000/84. Acontece que a aplicação desta lei vem gerando decisões controvertidas no âmbito do Estado K.
>
> Pressionado pela categoria, o Governado do Estado K contrata você, um advogado constitucionalista, para saber se esta lei de 1984 está em conformidade com os padrões estabelecidos pela CFRB/88, informando, desde já, que, caso não esteja, desejaria saber qual medida judicial ele poderia interpor para resolver a controvérsia.

- Fundamento: violação ao **art. 7º, §4º da CF** (vinculação do salário mínimo).

Caso 2

> A Anencefalia é uma condição rara que acarreta mal desenvolvimento do encéfalo no feto, fazendo com que bebês com essa condição tenham uma expectativa de vida muitíssimo curta.
>
> Assim, enquanto inúmeros julgados em todo o país têm permitido às gestantes de fetos anencefálicos o direito à interrupção da gravidez; outros tantos o têm negado, sob o fundamento de que tal hipótese não estaria permitida pelo Código Penal.
>
> Tendo em vista a referida controvérsia, a Confederação Nacional do Trabalhadores da Saúde pretende discutir a permissão da interrupção terapêutica pela ausência de possibilidade de vida extrauterina. Assim, resolve procurar você, advogado, para tomar as medidas aptas a garantir a interrupção terapêutica da gravidez de anencefálico, para proteger a **dignidade materna e sua autonomia** de vontade para continuar ou não com a gestação.

- Fundamento: violação à dignidade da pessoa humana e autonomia da vontade. Não cabe ADI ou ADC porque o Código Penal é anterior a 1988.

Caso 3

> Após entrar em vigor a Emenda Constitucional nº 58/2009, que determinou o limite máximo de 11 vereadores para a composição da Câmara Municipal dos Municípios de até 30.000 habitantes; o Município T não se adequou aos novos preceitos constitucionais.
>
> Segundo o Presidente da Câmara de Vereadores, a Lei Orgânica do Município emendada em 1994 prevê o número de 15 vereadores enquanto o município contar com até 50.000 habitantes. Alega, ademais, que definir o número de seus representantes é questão de autonomia do ente municipal, pelo que esse número deverá permanecer inalterado.
>
> Tendo em vista a referida questão, o Partido Político Frente Cidadã, que conta com um Senador eleito, decide procurar você, advogado, para tomar a medida judicial cabível apta a cessar a lesão ao dispositivo constitucional.

- Fundamento: princípio republicano (**art. 1º da CF**); superioridade da Constituição Federal.